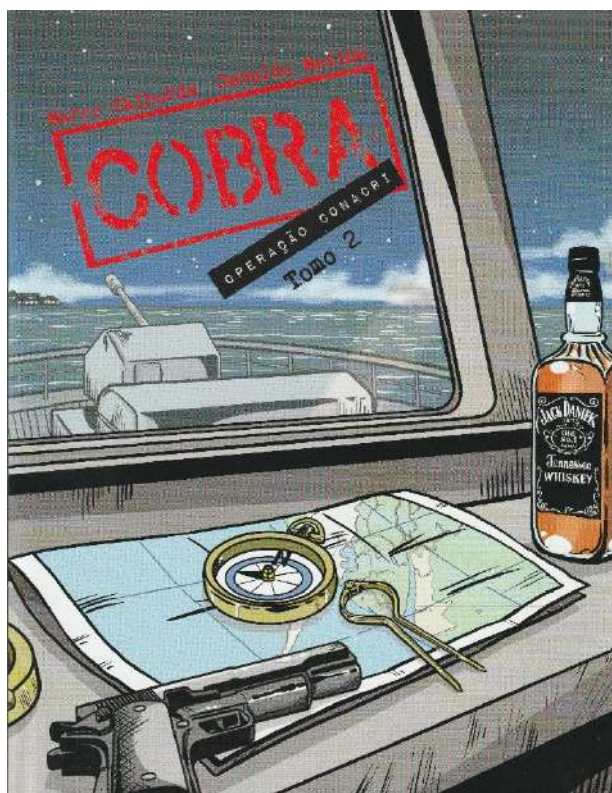




Marco Calhorda & Osvaldo Medina,
COBRA. Operação Conacri. Tomo 2. Ala dos Livros,

PREFÁCIO de Abílio Lousada

A História, a par da Língua, é um importante vínculo patrimonial, o repositório memorial da coletividade portuguesa, onde repousa o legado inapagável dos ‘egrégios avós’. O seu estudo e divulgação constitui um poderoso meio de educação, perpetuando as virtudes dos povos e a continuidade da ação de cada um na senda da sua missão patriótica. Com efeito, a História de Portugal representa

um compêndio, quase milenar, onde desfilam acontecimentos políticos, militares, sociais, económicos, culturais e religiosos, cultivados na Europa, na savana africana ou no sertão sul-americano, nos mares interiores ou nos grandes oceanos. A sua divulgação pode ser efetuada em contexto escolar e académico, visitas guiadas e colóquios, publicação de artigos e livros com mais pendor científico ou preito de cidadania e ... através da Banda Desenhada. Esta tem a vantagem de a narrativa ser dialogante, emprestar cor e movimento aos acontecimentos, prender facilmente o leitor ao enredo e a leitura ser mais distendida, sem perda de foco na compreensão na mensagem vertida. Inclusive no âmbito histórico-militar, a Banda Desenhada tem pautado a sua presença literária com renomada frequência e qualidade, tendo os festivais e as feiras do livro como momentos relevantes.

Marco Calhorda e a sua ficcionada obra *CoBrA*, em Banda Desenha, centrada na Guerra de África 1961-1974, é, neste particular, um autor de argumento impactante, em parceria com os desenhos de Daniel Maia “CoBrA – Operação Goa”, Zoran Jovicic “CoBrA – Operação Conacri. Tomo I” e Osvaldo Medina “CoBrA – Operação Conacri. Tomo 2”. Pauta a acuidade histórico-militar pela cuidada cenarização, a pertinência da narrativa/diálogos pelo rigor dos acontecimentos e a identificação biográfica dos personagens envolvidos pela especificidade da sua

caracterização. O leitor permite-se acompanhar, a par-e-passo, as contingências da política do Estado Novo e as incidências da guerra, a conduta dissimulada do empresário-agente Jorge jardim, espécie de James Bond à portuguesa, e a especificidade do conflito na Guiné, teatro de operações privilegiado, dominando a estratégia levada a efeito pelo comandante-chefe General António de Spínola.

A guerra na Guiné segue-se ao despoletar do seu início em Angola, em março de 1961, e antecede o alargar do conflito ao teatro de Moçambique, em 1964. As ações de guerrilha foram iniciadas pelo PAIGC, em janeiro de 1963, com um ataque ao quartel de Tite, a Sul de Bissau. As operações estenderam-se rapidamente a quase todo o território, em contínuo crescendo de intensidade, que exigiu o preocupante empenhamento de contingentes portugueses cada vez mais numerosos. Até porque, se a africanização dos efetivos das Forças Armadas Portuguesas foi em crescendo ao longo da guerra, atingindo 38,7% do total de 149.000 militares portugueses presentes em África, na Guiné, pautou-se pela estabilização, à volta dos 20%. De facto, revelou-se o mais complexo dos três teatros, com franjas territoriais divisivas entre os contendores.

1970 é um ano decisivo. O General Spínola 'dá corpo' à política "Por uma Guiné Melhor", assentando que a guerra não se ganhava só pela força das armas, mas podia perder-se pela inação militar. Ou seja, procura, por um lado, a aceitabilidade das populações autóctones e o incremento de africanos nas fileiras portuguesas, e, por outra via, intenta dividir o PAIGC, mediante a defeção de grupos. O resultado trágico, conforme bem detalhado em *CoBrA*, com dramatismo a preceito, é o designado «Massacre dos Majores», em Chão manjaco, em abril. Segue-se, em novembro, um modelo estratégico diferente, através da Operação Mar Verde. Uma operação anfíbia, encoberta e de cariz irregular, levada a efeito por forças especiais lideradas pelo Capitão-de-Fragata Alpoim Calvão. Tem o duplo objetivo de alterar a situação política na Guiné-Conacri, 'santuário' do PAIGC, e 'decapitar' o Movimento de Amílcar Cabral. Considerada uma operação de elevados riscos políticos, o resultado foi, neste particular, um desastre. Com informações deficientes fornecidas pela PIDE, a eliminação do presidente Sékou Touré e a consequente 'sublevação' da Guiné-Conacri não aconteceu, nem tão pouco a anulação da capacidade combativa do PAIGC. Ao invés, a invasão de um país soberano originou um escândalo nas Nações Unidas. Em termos táticos, o sucesso foi mitigado: os Mig's ficaram incólumes, mas foi infligido um número de baixas ao inimigo, a rondar os 500 guerrilheiros, e a

destruição de muito material bélico, tanto da Guiné-Conacri, como do PAIGC, e o desmantelamento de bases de guerrilha. Em termos anímicos, a libertação de 26 prisioneiros portugueses e de 400 guineenses, foi o ‘lavar de alma’.

O PAIGC reorganiza-se e assume a iniciativa, enquanto as operações do lado português se pautam, essencialmente, pela reação à manobra do adversário. No entanto, a despeito da proclamação unilateral de independência de 1973, por Nino Viera, e dos acontecimentos ocorridos nos designados 3 G’s (Guidage, Guileje e Gadamael), não houve, nem se perspetivava um ‘Dien Bien Phu à francesa’ no campo de batalha. Mas seria em setembro desse ano de 1973 que ocorreriam as primeiras iniciativas, por parte de oficiais portugueses contra o regime, precisamente em Bissau. Que, a prazo, conduziria à revolta militar de 25 de Abril de 1974, à queda do Estado Novo e ao fim da Guerra em África.

Prefaciар esta edição da *CoBrA* merece da minha parte não só o reconhecimento devido e a aceitação sem reservas, enquanto historiador e apaixonado pela banda desenhada, como agradecimento pela confiança concedida.

Desejando os maiores sucessos editoriais,